

MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO QUE FAVORECEM O ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CETEP DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO¹

José Francisco Barretto Neto
Secretaria da Educação da Bahia (SEC/BA)
jfbneto2@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar reflexões extraídas da pesquisa realizada para fins de doutoramento, em que procuramos compreender como a implementação do direito de acesso à informação pública favorece a difusão do conhecimento na comunidade escolar para o acompanhamento da política estadual de educação profissional da Bahia.

O texto segue um caminho metodológico estruturado que tem como método o estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa. O *lócus* da investigação foi o Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano (CETEP/LNAB), localizado em Alagoinhas/BA. Os participantes do estudo foram membros do colegiado escolar, os líderes de classes, os professores e gestores, bem como os gestores da Superintendência da Educação Profissional (SUPROF).

Para análise e interpretação dos resultados, utilizamos a técnica da análise de conteúdo, apoiado no *software* IRAMUTEQ, a partir do qual, no presente texto, apresentamos inferências e interpretações, consubstanciadas no referencial teórico, sobre uma das categorias de análise, o acesso à informação.

Assim, procuramos traçar algumas concepções sobre o direito de acesso à informação e apresentamos alguns resultados no tocante a essa categoria, em que destacamos os mecanismos de garantia de acesso no âmbito do CETEP/LNAB.

¹ O presente trabalho é parte dos resultados da pesquisa de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC), sob a orientação da Prof. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, ligado às instituições: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCT), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e FIEB/SENAI/CIMATEC.

DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: ALGUMAS CONCEPÇÕES

O acesso à informação é um direito fundamental humano que estabelece a garantia para qualquer pessoa acessar as informações socialmente organizadas, controladas ou custodiadas pelo Estado e pelos órgãos privados criados ou controlados por ele, em qualquer meio ou formato, de interesse individual ou coletivo, sendo a máxima divulgação e o sigilo uma exceção, o preceito principal desse direito.

Segundo Villanueva (2006) e Gaitán (2016), o acesso à informação é um pressuposto para o exercício da democracia, constituindo-se direito instrumental para o exercício de outros direitos e para o acompanhamento de políticas públicas, visto favorecer maior visibilidade e transparência ao seu processo de implementação.

Dowbor (2004, 2020) recomenda que, para além dos mecanismos de acesso, é necessário tornar a informação adequada e bem distribuída, de modo que, socialmente organizada, constitua-se instrumento de cidadania.

Desse modo, notamos a importância da garantia do direito de acesso às informações públicas como ferramenta de fortalecimento dos processos de acompanhamento das políticas educacionais, dentre elas, a política de educação profissional.

GARANTIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO CETEP/LNAB: PRESSUPOSTO PARA O ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Nessa seção, expomos os mecanismos de garantia de acesso à informação, identificados no âmbito da política de educação profissional, da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

O *corpus* de base utilizados no IRAMUTEQ para esta análise foi constituído por dez unidades de contexto, separadas em 40 segmentos de texto, em que emergiram 1.364 ocorrências (palavras ou temas), possibilitando organizarmos representações gráficas das análises textuais.

Concebemos a existência de diversos mecanismos de garantia de acesso à informação, nas análises realizadas, no âmbito da política estadual de educação profissional que favoreciam a interatividade entre o conhecimento e o processo

pedagógico vivenciado na unidade escolar no sentido de favorecer seu acompanhamento.

Dentre esses mecanismos, observamos no tocante à SUPROF, o portal da Secretaria da Educação que hospeda, dentre outras atividades e programas, a página da política da educação profissional; o *blog* da educação profissional; a página do Facebook e do Twitter; e uma página abrigada no site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), referente ao projeto Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia.

A Figura 1, representada pela nuvem de palavras, demonstra o destaque que o WhatsApp, o mural e as redes sociais, dentre outros, têm enquanto mecanismos de garantia de acesso à informação sobre a política de Educação Profissional.

Figura 1 – Nuvem de palavras dos mecanismos de acesso à informação



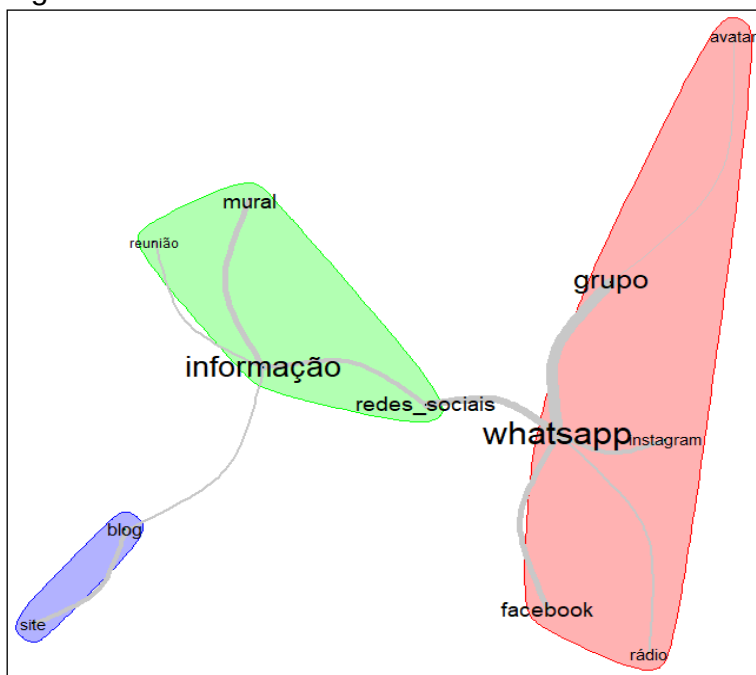
Fonte: Elaboração do autor, com apoio do IRAMUTEQ.

O CETEP/LNAB, para garantir acesso da comunidade escolar às informações sobre a educação profissional e às atividades desenvolvidas, tanto de gestão como pedagógicas, utiliza como mecanismos de garantia de acesso à informação, as redes sociais, grupos de WhatsApp, grupos de *e-mail*, página de Facebook, Instagram, rádio, murais fixados nos corredores da escola, destacados na Figura 2.

A Figura 2 representa a análise de similitude, apresentando os mecanismos de acesso à informação mais citados nas unidades de contexto, em que inferimos ser o WhatsApp a ferramenta central dentre as redes sociais, sobretudo a partir de

2015, para divulgação das informações e processos de interação na comunidade escolar do CETEP/LNAB, destacada na cor rosa. Aponta, também, algumas ferramentas utilizadas pela SUPROF para garantir o acesso às informações, já citadas acima e ilustrada na comunidade de cor lilás. Na comunidade de cor verde encontramos outros mecanismos utilizados pela unidade escolar.

Figura 2 – Análise de similitude dos mecanismos de acesso à informação



Fonte: Elaboração do autor, com apoio do IRAMUTEQ.

Observamos que, por meio do WhatsApp, são convocadas reuniões e divulgados avisos gerais, atividades pedagógicas, procedimentos de matrícula e cursos oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados e observações apresentadas nessa categoria de análise, podemos inferir que a SUPROF, como também o CETEP/LNAB, no período destacado como recorte desta investigação, utilizaram vários mecanismos para proporcionar as informações sobre a política de Educação Profissional, dando cumprimento ao que determina a Lei de Acesso à Informação.

Entretanto, não encontramos evidências de amplo acesso por parte da comunidade escolar às ferramentas de transparência e difusão de informações sobre a política de educação profissional, tanto nos depoimentos dos entrevistados como nos questionários aplicados, bem como no número de seguidores nas redes

sociais da SUPROF e do CETEP/LNAB, o que denota que ainda não existe uma cultura da comunidade escolar em procurar e fazer uso das informações sistematizadas sobre as políticas públicas de educação profissional, a não ser uso de informações pontuais em função de necessidades individuais e de curto prazo, bem como aponta para a necessidade de ampliação do acesso às políticas de inclusão digital.

Assim sendo, fica evidente que não basta disponibilizar os canais de informações sem, tornar a informação adequada e bem distribuída, de modo que, socialmente organizada, constitua-se instrumento de cidadania que favoreça o acompanhamento das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. 2004. Disponível em: <http://dowbor.org/2004/10/informacao-para-a-cidadania-e-o-desenvolvimento-sustentavel-2.html/>. Acesso em: 16 maio 2018.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

GAITÁN, Alfredo E. F. de Lara. Acceso a la información pública en América Latina: análisis de su diseño institucional en Chile, Colombia y México (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 111-140, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/62629>. Acesso em: 5 set. 2020.

VILLANUEVA, Ernesto. **Derecho de acceso a la información en el mundo**. México: Miguel Ángel Porrúa, librero-editor, 2006. Disponível em: http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LIX/der_acc_inf_mun.pdf. Acesso em: 6 out. 2017.